

Nota introdutória ao núcleo temático Diferentes vertentes da democracia na governança das escolas: Portugal e Brasil

Fernanda Martins ⁱ
Universidade do Minho,
Portugal

Ângela Martins ⁱⁱ
Universidade Cidade de
São Paulo, Brasil

A administração e gestão da escola pública enfrentam, um pouco por todo o mundo, um *duplo desafio*: por um lado, concretizar e aprofundar a governação democrática, transformando *ideários* e *retóricas* da *modernidade* em práticas concretas e efetivas de democracia ao nível da organização escola. Por outro lado, é necessário enfrentar e lidar com *novas agendas* no governo das escolas, especialmente aquelas inscritas no designado neoliberalismo educacional, que promovem uma conceção de governação da escola pautada por *lógicas gerencialistas*.

Assim, essa *tensão e hibridez* na governação da escola pública são sentidas tanto na realidade educativa portuguesa quanto na brasileira, ainda que com *intensidades diferentes*. Ambos os países partilham características comuns e pautadas, no *plano formal-legal*, no *plano das estruturas* e dos *processos*, por dimensões democráticas como: eleição, participação, representatividade.... Mas, igualmente, partilham a *miríade* da efetiva concretização do governo democrático, sendo vários os desafios a esse nível. Simultaneamente, as escolas defrontam-se com as *agendas gerencialistas* que procuram sobrepor-se à gestão democrática.

Esta foi uma linha de reflexão bastante forte e atravessou a totalidade dos trabalhos apresentados nos *I Diálogos em Rede Em Diferentes Contextos: Processos Formativos e Gestão da Educação Básica*, organizado pela Rede Internacional de Pesquisas em Gestão Educacional (REIPEGE). Este evento reuniu um conjunto de investigadores do Brasil e de Portugal nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, no Instituto de Educação da Universidade do Minho. Estes Diálogos constituíram uma oportunidade singular para conhecer e refletir sobre o governo das escolas em ambas as realidades, além de contribuir para consolidar o trabalho em rede e em colaboração entre investigadores. Dos dois dias intensos de trabalho, muito enriquecedores e produtivos, salienta-se a diversidade de perspetivas, a quantidade e a qualidade dos trabalhos apresentados, assentes em uma dinâmica particular de *comentários cruzados*. Ou seja, trabalhos apresentados por investigadores do Brasil beneficiaram de comentários de investigadores portugueses e vice-versa, havendo ainda espaço para o debate geral.

Este núcleo temático integra os trabalhos apresentados no evento mencionado, os quais foram entregues às coordenadoras do evento (Fernanda Martins e Ângela Martins), responsáveis pela sua publicação. No total, seis propostas de artigos foram submetidas como textos originais à *Revista Portuguesa de Educação*. De forma mais específica, as propostas de artigos apresentadas consistem no desenvolvimento das apresentações realizadas nos Diálogos, incluindo também as propostas de artigos do grupo de investigadores que realizaram os *comentários cruzados*. A estes últimos foi concedida esta oportunidade de publicação, desde que em estreita articulação com o comentário efetivamente desenvolvido, alicerçado nas diferentes abordagens e desafios da governação da escola.

Uma parte dos textos deste núcleo incide sobre o plano meso-organizacional, com destaque para órgãos de gestão de topo no Brasil, como a figura do diretor e a sua formação (Cecília Luiz, Jessica Morito, Maria Carolina Barbosa e Aline Souza), o processo de (não) eleição do diretor (Regina Cestari), além da gestão pedagógica intermédia na realidade brasileira, com foco no papel do coordenador pedagógico (Rodnei Pereira, Carmo Cruz e Maíra Mamede). Neste plano, são ainda abordadas a autonomia e a participação dos alunos em escolas portuguesas, com destaque para os seus órgãos de governo (Elisabete Ferreira e Inês Souza).

Outros dois textos direcionam o seu foco para o plano supra-organizacional: um analisa a influência do paradigma neoliberal na legislação sobre a governação da escola em Portugal e na reconfiguração da profissão docente (Elisabete Macedo), enquanto o outro aborda a regulação da educação no plano municipal, mediada pelo Projeto Educativo Local (Leonor Torres e Fernanda Martins).

No artigo de Cecília Luiz, Jéssica Morito, Maria Carolina Barbosa e de Aline Souza, intitulado *Pressupostos democráticos na relação com o outro e a mentoria de diretores escolares*, as autoras pretendem apresentar os resultados de uma pesquisa realizada entre 2020 e 2023, com carácter exploratório. Com base em teorias como Cultura Colaborativa e Escuta Ativa, o estudo incluiu duas fases: uma pesquisa inicial e uma pesquisa-ação com duas propostas formativas para diretores escolares. Os resultados apontam 'que essa abordagem potencializa uma gestão mais democrática e colaborativa, promovendo aprendizagens significativas e ambientes democráticos nas escolas públicas brasileiras'. O artigo de Regina Cestari, *Planos de Educação e Gestão Democrática no Brasil: contradições e desafios para escolas públicas estaduais do Mato Grosso do Sul*, tem como objeto de análise as implicações da Meta 19 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024) para a gestão democrática nas escolas da Rede Estadual de Ensino de MS, destacando 'elementos da gestão democrática, como eleição e colegiado escolar, quanto em estratégias gerenciais pautadas em critérios técnicos e racionais fundamentados na Nova Gestão Pública'. A autonomia e a participação são objeto de análise no artigo intitulado "*Somos livres, somos livres, não voltaremos atrás...*" – *A autonomia dos/as alunos/as no ensino secundário português* da autoria de Elisabete Ferreira e de Inês Sousa. As autoras afirmam, como um dos seus propósitos, 'compreender por onde anda a autonomia dos/as alunos/as nestas escolas' e apontam para uma certa 'urgência em continuarmos a democratizar, desenvolver e decidir para que a gramática da escola

possa ser dialógica'. A gestão pedagógica intermédia é alvo de reflexão no texto apresentado por Rodnei Pereira, Carmo Cruz e Maíra Mamede, intitulado *A atuação do coordenador pedagógico em escolas de território vulnerável no estado do Ceará (Brasil): a gestão escolar em perspectiva*. O trabalho apresentado incide num 'dos eixos de uma pesquisa mais vasta, concretamente a implementação do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) e outras ações no período da pandemia de Covid-19 e de retomada das aulas'. Conclui-se que 'o principal desafio enfrentado pelos CP foi a resolução de problemas típicos das áreas vulneráveis. A análise de dados indicou que a participação dos estudantes nas aulas remotas e o desenvolvimento profissional docente foram os maiores obstáculos à função social da escola'.

No artigo *Quando a lei diz sim, mas a prática diz não: formação avançada e docência em contradição*, Elisabete Macedo 'evidencia uma contradição estrutural entre o quadro normativo que rege a profissão docente e a prática político-administrativa que, na última década, condicionou o acesso e a valorização da formação avançada' e acrescenta que 'esta contradição não é apenas técnica ou circunstancial, mas profundamente política: reflete tensões entre modelos de governação que integram, por um lado, princípios democráticos de igualdade, participação e desenvolvimento — inscritos na Constituição e na LBSE — e, por outro, racionalidades gerencialistas orientadas pela performatividade e pela lógica de resultados'. Com o título *O Processo de construção de um projeto educativo local: lógicas de poder e resistência no desenvolvimento da cidade como agente educativo-cultural*, o artigo da autoria de Leonor Torres e Fernanda Martins parte de uma 'experiência de investigação-intervenção na elaboração, monitorização e avaliação de um Projeto Educativo Local de um dos maiores municípios do norte do país (2017-2023)'. A identificação de dificuldades de articulação entre os diferentes atores educativos na prossecução de um programa político-estratégico local, contribui para que o PEL se afirme com um instrumento potencial na concretização da 'cidade' como agente educativo-cultural, sustentado nos princípios da 'democratização, inclusão, cooperação, articulação e sustentabilidade'. Quanto aos processos de receção e implementação, destaca-se um cenário de 'geometria variável', marcado por algumas situações de influência limitada do PEL.

Por último, gostaríamos de expressar nosso agradecimento ao Centro de Investigação em Educação e à Presidência do Instituto de Educação, que, desde o primeiro momento, acolheram com empenho e de forma colaborativa esta iniciativa da Rede Internacional de Pesquisas em Gestão Educacional. Também agradecemos à *Revista Portuguesa de Educação* pelo interesse demonstrado no foco deste núcleo temático, representando uma oportunidade de visibilidade das pesquisas no domínio da administração e gestão das escolas, em duas realidades distintas. Por fim, expressamos nossa gratidão a todos os autores que contribuíram com muito entusiasmo e envolvimento para um debate de grande interesse, assim como para a concretização desta publicação.

i Centro de Investigação em Educação, Departamento de Ciências Sociais da Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-3748-3056>
fmartins@ie.uminho.pt

ii Universidade Cidade de São Paulo, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-1267-8869>
ange.martins@uol.com.br

Recebido em 20 de maio de 2025

Aceite para publicação em 21 de maio de 2025

Publicado em 17 de dezembro de 2025